

As diferenças como desafio político

Silvio Antonio Colognese¹

RESUMO: A política é uma atividade complexa. Não existem receitas prontas para o seu exercício competente. A sua qualificação depende das respostas que ela dá aos desafios da sociedade. Neste sentido, um dos grandes desafios políticos da atualidade é como lidar com as diferenças. A existência de diferenças culturais, étnicas, econômicas, de gênero, históricas e identitárias é uma realidade antiga e indiscutível. A novidade são as reivindicações dos grupos portadores destas diferenças por um tratamento político especial e privilegiado.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Diferenças; Igualdade.

ABSTRACT: Politics is a complex activity. There are no recipes for its competent exercise. Its qualification depends on the answers that it gives to the challenges of the society. In this sense, one of the present great political challenges is how dealing with differences. The existence of cultural, ethnic, economical, gender, historical and identity differences is an old and unquestionable reality. The innovations are the claims of the groups bearers of these differences for a special and privileged political treatment.

KEYWORDS: Politics; Differences; Equality.

I. INTRODUÇÃO

A política é uma atividade complexa. Não existem receitas prontas para o seu exercício competente. A sua qualificação depende das respostas que ela dá aos desafios da sociedade. Neste sentido, um dos grandes desafios políticos da atualidade é como lidar com as diferenças. A existência de diferenças culturais, étnicas, econômicas, de gênero, históricas e identitárias é uma realidade antiga e indiscutível. A novidade são as reivindicações dos grupos portadores destas diferenças por um tratamento político especial e privilegiado.

Esta não é uma questão simples de resolver. O problema é como conciliar a legitimidade destas reivindicações com os postulados democráticos e liberais de igualdade de tratamento dos cidadãos na esfera pública. Em outros termos, o desafio político é como responder as exigências de tratamento desigual para quem o privilegiamento político é a única alternativa para a promoção da sua igualdade. Este é o enfoque desenvolvido neste trabalho.

O texto está organizado em três partes principais. A primeira apresenta as dificuldades históricas da humanidade para lidar com as diferenças. Destaca que a atitude mais comum das pessoas diante da diferença é a etnocêntrica, que consiste em considerá-las um sinal de inferioridade, um absurdo, um erro a ser corrigido. A segunda apresenta algumas explicações produzidas pela antropologia para a superação deste etnocentrismo e a valorização das diferenças. A terceira enfoca os desafios políticos suscitados pelas reivindicações dos grupos portadores destas diferenças por um tratamento especial e privilegiado.

2. AS DIFICULDADES PARA LIDAR COM A DIFERENÇA

A humanidade apresenta uma dificuldade histórica para lidar com as diferenças. A atitude mais comum das pessoas diante das diferenças em quase todas as sociedades e épocas tem sido a etnocêntrica. Este talvez seja um dos comportamentos de maior unanimidade jamais existentes (Rocha, 1984).

O etnocentrismo é uma visão de mundo que assume a nossa maneira de viver como sendo a mais correta, superior e aconselhável para todos. Ou seja, a nossa maneira de viver (que é apenas uma dentre várias outras possíveis) é assumida como critério para avaliar e julgar as maneiras diferentes de viver, escolhidas

por outros grupos de pessoas. Assim, as nossas maneiras de comer, de vestir, de falar, de casar, de morar, de trabalhar, de fazer política, de expressar a fé religiosa, do que considerar certo ou errado, justo ou injusto, aconselhável ou repreensível etc, são assumidas como as únicas corretas e superiores.

Consequentemente, o outro, o diferente de nós mesmos, é considerado estranho, errado e inferior. Pelo etnocentrismo não se aceita que o diferente de nós possa viver da sua própria maneira. Por isso é um preconceito negativo em relação ao diferente, por que ignora que outros grupos humanos podem viver de maneira diferente da nossa.

A atitude etnocêntrica ignora que os outros também gostam dos seus modos de ser e acreditam que eles são os mais corretos, superiores e aconselháveis. Ela nos leva a considerar que as maneiras de viver diferentes das nossas são um absurdo, uma degeneração, um atraso, um desvio do bom caminho, enfim, um erro a ser corrigido. A partir dela, o diferente de nós tem somente duas alternativas: deixar de existir ou se tornar igual a nós.

Vejamos alguns exemplos de manifestação da atitude etnocêntrica:

- * Para algumas pessoas contrárias a causa ambiental, as atitudes dos seus defensores são vistas como atrasadas e um obstáculo para o desenvolvimento;
- * Para determinados indivíduos, os homossexuais e as lésbicas são vistos como uma degeneração da humanidade, um desvio de conduta condenável;
- * Certos segmentos religiosos tradicionais consideram as outras igrejas como seitas exploradoras da boa fé das pessoas, como uma enganação e um desvio da verdadeira fé;
- * Para alguns indivíduos racistas, os negros e os índios são considerados uma degeneração racial, pessoas portadoras de uma inferioridade natural;
- * Para determinados políticos tradicionais, certos militantes de partidos e movimentos sociais são considerados fanáticos, irracionais e baderneiros;
- * Certas pessoas do meio urbano consideram o homem do campo como grosseiro e atrasado;
- * Determinados habitantes do sul do Brasil consideram os nordestinos como preguiçosos e despreocupados com o futuro;

- * Em determinadas épocas e sociedades, o doente mental é visto como ameaçador e o deficiente físico como incapaz.

O comportamento etnocêntrico não leva em consideração a grande diversidade de normas e práticas culturais, identidades e opções de vida que existem na humanidade. Senão vejamos ainda os seguintes exemplos:

“É norma socialmente reconhecida entre nós que devemos cuidar dos nossos pais e de familiares quando atingem uma idade avançada; os Esquimós deixam-nos morrer de fome e de frio nessas mesmas condições. Algumas culturas permitem práticas homossexuais enquanto outras as condenam (pena de morte na Arábia Saudita). Em vários países muçulmanos a poligamia é uma prática normal, ao passo que nas sociedades cristãs ela é vista como imoral e ilegal. (...). Em certos países a pena de morte vigora, ao passo que noutras foi abolida; algumas tribos do deserto consideram um dever sagrado matar após terríveis torturas um membro qualquer da tribo a que pertenciam os assassinos de um dos seus” (Rodrigues, 2003. In: Sampaio, 2007).

Assim, o diferente existe: é uma realidade concreta, abrangente e indiscutível. O que se deve perguntar é como lidar com o diferente, como se comportar diante do diferente! E isto depende de como explicamos o outro, o diferente de nós. O etnocentrismo é apenas uma maneira preconceituosa de se comportar diante da diferença. No entanto, existem outras explicações e comportamentos possíveis. Eles dependem de como respondemos a seguinte questão: por que existem as diferenças entre pessoas e grupos humanos? É o que procuramos desenvolver na seqüência.

3. EXPLICAÇÕES PARA A EXISTÊNCIA DO DIFERENTE

A Antropologia pode ser considerada a principal área do conhecimento que busca conhecer o diferente. Em sua trajetória de pesquisas, ela produziu diversas explicações para a existência do diferente, como condição para a superação do etnocentrismo. Cada uma delas leva a um determinado comportamento em relação aos outros, os diferentes de nós! Vejamos três destes passos dados pela Antropologia (sugeridos por Rocha, 1984) e que podem levar a superação do etnocentrismo, pela relativização das diferenças.

O PRIMEIRO PASSO: diante do espanto, da perplexidade e da violência que caracterizaram a atitude etnocêntrica dos europeus diante das diferenças en-

contradas nos novos mundos descobertos pelas grandes navegações, um dos primeiros passos em relação à relativização é representado pela explicação evolucionista.

Para os evolucionistas as diferenças se devem aos variados níveis de evolução em que se encontram os povos. Mas qual seria o medidor capaz de atestar o estágio mais avançado ou atrasado de um povo em relação aos outros? Quais seriam os critérios de evolução capazes de atestar e hierarquizar os povos entre si? Historicamente a Europa elegeu a si mesma como a expressão maior da evolução, classificando os outros povos como inferiores (bárbaros ou primitivos).

Esta concepção evolucionista se reproduz em outros níveis e situações, de forma que a sociedade do 'nós' sempre é percebida como o estágio mais avançado, e a sociedade dos 'outros' (diferentes), como representando estágios mais atrasados de evolução. Assim, para os evolucionistas, o outro é diferente por que é atrasado, não evoluído. Logo, o diferente é inferior a nós. Diante disso, a solução para o diferente é progredir, ou seja, trilhar o mesmo caminho seguido pelos povos evoluídos. 'Eu serei você amanhã': esta é a perspectiva vislumbrada pelos povos e sociedades consideradas atrasadas!

Portanto, para o evolucionismo o diferente é sinônimo de inferior. Como a história é única nesta concepção, para conhecer o outro não é preciso estudá-lo. Basta olhar para o nosso próprio passado e ver o quanto o outro se encontra atrasado em relação a nós hoje! A receita para o desenvolvimento é uma só!

O SEGUNDO PASSO: chamado de pensamento 'difusionista', foi desenvolvido a partir das idéias do antropólogo Franz Boas. Ele percebeu a importância de considerar cada cultura em sua particularidade. Para ele, cada grupo produz uma cultura própria, que é única e específica. Nenhuma cultura é superior e nem inferior a outra: apenas diferente.

A partir desta relativização inicial, novos desenvolvimentos destas idéias foram realizados pelos seus seguidores. O primeiro considera que o ambiente geográfico e físico onde as pessoas vivem, influencia a sua cultura. Por isso, o diferente existiria como uma resposta específica de cada grupo ao ambiente onde vive. O outro seria diferente por que vive em um ambiente diferente, onde os desafios, os problemas e o modo-de-ser exigidos são particulares. Por exemplo, o ambiente de uma favela levaria ao desenvolvimento de uma cultura diferente do ambiente do meio rural. O ambiente de um deserto levaria ao desenvolvimento de uma cultura diferente de um ambiente montanhoso e gelado.

O segundo considera que as diferenças culturais se devem a personalidade, ao caráter e ao temperamento dos indivíduos de cada grupo. Assim, por

exemplo, os descendentes de cada povo carregariam consigo traços próprios de personalidade que os fariam diferentes uns dos outros. Por isso as diferenças seriam decorrentes da personalidade própria de cada povo ou grupo social.

O terceiro entende que as diferenças culturais se devem aos diferentes sentidos carregados pela linguagem de cada grupo. Considera que as falas (linguagem) de cada grupo são maneiras diferentes de ver o mundo e de dar sentido a vida e as coisas que nos cercam. E estes sentidos são incomparáveis entre si. São simplesmente diferentes, nem melhores e nem piores! Conseqüentemente, o que faz sentido em uma cultura, parece um absurdo para a outra.

Assim, neste segundo passo, há uma relativização do etnocentrismo. Este passo foi importante por que descartou a idéia de que o diferente possa ser simplesmente considerado como inferior. A história é plural. Cada cultura tem sua história concreta, seus processos próprios de mudança, suas escolhas de vida e os sentidos particulares para as suas existências. Mas o terceiro passo representa um avanço ainda maior em direção à relativização. Vamos a ele.

TERCEIRO PASSO: Tem como principal expoente o antropólogo Radcliffe-Brown. Ele defende que a compreensão do presente de uma cultura não depende necessariamente do estudo do seu passado. A situação presente de um povo não precisa ser explicada necessariamente pelo passado. Isto para permitir que a sociedade do outro se mostre tal como ela realmente é. Ou seja, o outro (o diferente) precisa ser pensado em seus próprios termos. A diferença entre a sociedade do eu e a sociedade do outro deixa de ter na hierarquia a sua regra de comparação. Cada sociedade tem uma lógica própria de ser e existir: é nestes termos particulares que ela deve ser compreendida e explicada.

Nesta mesma direção, o Sociólogo Durkheim complementa que o social existe independentemente do indivíduo. O 'fato social' é uma realidade que pressiona o indivíduo com uma autonomia que o submete a sua lógica, independente da sua vontade particular. Ele se estende por todo o grupo onde ele acontece e ninguém pode se excluir do seu envolvimento. E isto não depende do querer e nem do poder do indivíduo. O fato social ultrapassa a cada um em particular.

Nesta concepção, a diferença pode se mostrar cara a cara, como ela é em si mesma. A face do social é particular e deve ser desvendada em suas particularidades de fato social. O social não se reduz e nem é conseqüência de nenhum outro fenômeno. Ele tem existência própria: é autônomo, coercitivo e extenso. Cada sociedade é única: nem melhor e nem pior, nem superior e nem inferior.

Malinowski complementa este grande passo ao inaugurar o método para conhecer o outro, para navegar ao encontro da diferença. Para ele, conhecer o outro é mergulhar no seu universo de sentido próprio, nos significados que informam e organizam o seu mundo. Com isso, o outro emerge como alternativa possível de ser e de viver. Cada diferente é mais uma possibilidade de ser humano. O método de 'Estudo de Campo' que propõe, exige ir em direção ao outro, adentrar em seus mundos, mergulhar em seus universos de sentido. Com isso, a diferença se torna possibilidade de ser e de existir. E a comparação se torna relativizadora: informa sobre mundos e universos de sentido incomensuráveis entre si, porém, reais, possíveis e repletos de significados particulares.

Portanto, este percurso em 'três passos' nos levou a um ponto muito distante da atitude etnocêntrica. A diferença não é mais percebida como ameaçadora, irracional, inadmissível. Agora a diferença é generosa, positiva. Ela representa o contraste e a possibilidade de escolha. A sociedade do outro, o modo de ser diferente, é alternativa, possibilidade, chance para a humanidade. Cada 'diferente' é uma nova porta de entrada no conjunto de possibilidades de escolhas que a humanidade tem para viver e existir. A riqueza da humanidade está em se conhecer os diferentes significados que os seres humanos dão as formas pelas quais escolhem viver as suas vidas. Cada cultura representa uma alternativa possível de ser humano. Nem melhor e nem pior; nem superior e nem inferior; nem certa e nem errada: simplesmente uma maneira possível de ser humano, ou seja, de organizar, classificar e viver as suas vidas. Superar o etnocentrismo e contemplar as diferenças de toda ordem é um dos grandes desafios políticos da atualidade. É o que desenvolvemos na seqüência.

4. A DIFERENÇA COMO DESAFIO POLÍTICO

O percurso do etnocentrismo em direção à relativização das diferenças, embora com particularidades, também foi realizado pela cultura moderna ocidental. Tanto que a exaltação da diferença é uma das características marcantes na sociedade atual. Esta valorização da diferença acontece em um ambiente em que a esfera do político se encontra em profunda crise. Crise que se expressa por uma baixa frequência relativa às urnas eleitorais em todo o mundo, pelo desinteresse da maioria das pessoas pelos partidos políticos, pela desconfiança de muitos cidadãos para com as instituições políticas e pelo desprezo generalizado dos cidadãos pelos políticos.

Trata-se de um cenário desafiador para a política. Mesmo por que, a sua crise se manifesta simultaneamente à valorização das esferas econômica e cultural no cenário globalizado. Através da esfera econômica se originam iniciativas que favorecem a superação do Estado Nação e a aceleração dos fluxos e dos encontros no ambiente globalizado. Já através da esfera cultural, a dinâmica deste espaço vem assumindo crescentemente feições que a definem como sendo multicultural.

A caracterização desta dinâmica como multicultural decorre exatamente do enfraquecimento do Estado Nação e da multiplicação dos fluxos e encontros entre as diferenças no ambiente globalizado. Por isso, a sociedade multicultural é um conceito descritivo que visa caracterizar um espaço real, no qual existe e convive uma série de identidades diferentes (Rosas, 2007). Esta diversidade se refere em primeiro lugar a existência de diversas nações com uma língua e uma história própria, convivendo no interior da mesma comunidade política. Em segundo lugar se refere à existência de diversos grupos étnicos no interior dos estados nações, gerados pela imigração voluntária ou forçada. Em terceiro lugar se estende ainda aos diferentes movimentos sociais e de reivindicação de identidades particulares como: feministas, gays, lésbicas, negros, índios, portadores de deficiências e excluídos em geral.

Assim, no ambiente globalizado as características do espaço e a sua dinâmica são crescentemente influenciadas pelos fatores econômico e cultural, em detrimento do político. Já a dinâmica social na atualidade é marcada pela valorização crescente da diferença em detrimento da igualdade. E esta valorização da diferença desafia as sociedades a redefinir o que devem fazer em termos políticos em relação a ela.

Particularmente nas sociedades democráticas liberais, este desafio suscitado pela crescente valorização das diferenças tem renovado as polêmicas em torno da cidadania a partir dos anos 1990. Em termos políticos, este desafio tem sido o centro das controvérsias entre liberais e comunitaristas (Gomes, 2007), uma vez que estas se conectam intimamente com a idéia dos direitos individuais e a pertença do indivíduo a uma comunidade particular.

O modelo político liberal serve de base para muitas constituições clássicas, como as dos Estados Unidos e do Brasil. No modelo liberal há uma clara distinção entre as esferas pública e privada da vida coletiva. **A esfera pública** se refere aos direitos e deveres cívicos e políticos dos indivíduos, como: o respeito às leis, o pagamento de impostos, o exercício do direito de voto e a liberdade de expressão e de locomoção. Na medida em que o indivíduo obedece a estes direitos e obrigações ele se torna cidadão. É nesta condição que ele tem acesso ao espaço público. Como cidadão,

ele se encontra num plano de igualdade absoluta com seus semelhantes, pois o espaço público é neutro e homogêneo, um espaço cego às diferenças. Mas as diferenças não são ignoradas. Elas são confinadas na esfera privada da vida coletiva.

A esfera privada inclui as decisões morais, as crenças religiosas, a orientação sexual, os comportamentos e preferências de cada um etc. Nele as diferenças são incentivadas, desde que não comprometam os direitos e deveres de cada cidadão. Assim, o confinamento das diferenças à esfera privada da vida, é indispensável para que a esfera pública possa preservar o tratamento igualitário a todos. Por isso, apenas os comportamentos privados que comprometem os direitos e deveres de cada cidadão é que devem ser punidos.

A crescente exaltação das diferenças na sociedade atual é acompanhada de uma crítica ao modelo político liberal, pela corrente comunitarista oriunda da tradição da filosofia política aristotélica (Gomes, 2007). Estas críticas negam que o espaço público liberal esteja aberto a todos e que exista igualdade de fato entre os indivíduos. Para estes críticos, o modelo liberal estabelece uma ruptura entre a dimensão política e as dimensões cultural, social, econômica, étnica e identitária da vida das pessoas. Com isso, dimensões que são decisivas na existência de muitas pessoas na atualidade são excluídas do espaço público liberal. Consequentemente, o espaço público liberal seria incapaz de responder satisfatoriamente as aspirações de reconhecimento e de consideração das diferenças.

Com isso argumentam que a suposta igualdade entre os cidadãos, que o modelo liberal pretende assegurar, não passa de uma grande enganação. Isto por que esta igualdade seria apenas formal, administrativa e legal. A igualdade não seria real por que não se aplicaria as desigualdades econômicas, culturais, sociais, étnicas e de identidade que de fato existem entre as pessoas. Assim, por exemplo, o direito igual de todos os cidadãos de acesso à educação, à saúde, à habitação etc não passa de uma fantasia. Embora formalmente iguais, na realidade os indivíduos são profundamente diferentes em relação a estas numerosas dimensões da vida. O que é real é a profunda diferença existente entre os indivíduos. A igualdade seria fantasiosa e enganadora.

Por isso os críticos do modelo político liberal consideram indispensável o reconhecimento da diferença como uma realidade fundamental. Este reconhecimento, para além da atitude etnocêntrica, faz com que a garantia dos direitos de cidadania destes 'diferentes', pressuponha a adoção de políticas diferenciadas voltadas para a promoção da sua igualdade real. Ou seja, o *desafio político* diante da

valorização das diferenças passa a ser o de responder as exigências de tratamento diferenciado que emergem do interior da sociedade civil. Por exemplo:

- * Como responder as reivindicações dos negros por um sistema de cotas para o ingresso nas universidades públicas?
- * Como responder as exigências de reservas de vagas de trabalho para portadores de deficiências?
- * Como responder as exigências de reconhecimento dos direitos aos indivíduos com opções sexuais homossexuais, lésbicas e gays?
- * Como responder as reivindicações de tratamento especial aos povos indígenas?
- * Como responder a reivindicação de tratamento diferenciado das parcelas excluídas da sociedade, como: desempregados (seguro desemprego); famílias carentes (programas de renda mínima); comunidades das favelas e bairros pobres?
- * Como responder as reivindicações feministas contra as diversas formas de discriminação (delegacias especiais da mulher etc)?
- * Como responder às reivindicações de respeito às diferenças étnicas, culturais e religiosas (nos currículos escolares, na legislação)?
- * Enfim, como assegurar que indivíduos desiguais sejam tratados de maneira desigual?

Esta não é uma questão simples de se resolver. O problema é como conciliar o reconhecimento destas especificidades (diferenças), com os postulados democráticos e liberais de igualdade de tratamento para todos. A identificação de diferentes necessidades no interior da sociedade e a proposição de políticas específicas consideradas necessárias ao seu equacionamento, depende de uma avaliação de ordem moral. E a justiça na concepção política liberal não pode depender de critérios morais.

Mas por outro lado para enormes parcelas da sociedade, o reconhecimento da diferença e a proposição de políticas específicas de privilegiamento e justiça, são indispensáveis para o seu tratamento igualitário. Reconhecer a diferença é superar a indiferença, que é a negação e o desinteresse pelo outro. Promover a igualdade é superar a desigualdade. Diferença e igualdade representam o pólo positivo na promoção da justiça social (Souza, 2007). Mesmo por que, além das desigualdades, não reconhecer estas diferenças pode provocar um aumento

ainda maior da crise política, pelo aumento do descrédito e mesmo do desprezo de parcelas significativas dos cidadãos pela política. A esfera política se encontra fragilizada diante das esferas econômica e cultural, que comandam a configuração do espaço e a sua dinâmica na sociedade globalizada.

Diante desta realidade, a política é desafiada cada vez mais a se converter em uma arte de conjugar as diferenças e a igualdade. E isto implica em rever concepções e práticas políticas tradicionais, como condição para a criação de novos modos de organização e convivência social que reconheçam e respeitem a realidade das diferenças. A política precisa superar a concepção liberal tradicional, para que a igualdade real ocupe o lugar hoje ocupado pela igualdade formal. Sem isso, a legitimidade e a força da política certamente continuarão perdendo vigor na sociedade atual, na qual a exaltação da diferença ganha valor a cada dia. Mais importante que a promoção da igualdade formal, a política precisa perseguir a justiça social. E isto não ocorre sem que se conjuguem as diferenças e a igualdade. Superar a desigualdade e a indiferença, promovendo a igualdade e a diferença. Este é o grande desafio.

NOTAS

- ¹ Doutor em Sociologia pela UFRGS e professor de Ciências Sociais da Unioeste/Paraná.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J.C.de P. "Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas". In: *Interface: comunicação, educação e saúde*. Debates, FEUSP, 1997. pp.181-186.
- GOMES, V.C.P. *Da cidadania igual aos direitos multiculturais*. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais-CIARI. 2007, mimeo.
- ROCHA, E. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROSAS, J.C. *Sociedade Multicultural: conceitos e modelos - Conferência*. Universidade do Minho. Março de 2007 (mimeo).
- SEMPRINI, A. *Multiculturalismo*. Bauru-SP: Edusc, 1999.
- SOUZA, M.G.A.de. *Diferença e tolerância: por uma teoria multicultural da educação*. Rio de Janeiro: PUC, 2007. (mimeo).